



CLIPPING

PANNUNZIO NA MÍDIA

DATAS ANTERIORES O clipping que você recebe também fica postado no site do deputado Pannunzio, na página principal, à esquerda:
www.deputadopannunzio.com.br

IMPORTANTE: A montagem do clipping não leva em consideração se esta ou aquela matéria traz informações condizentes aos fatos, nem se reproduz, com fidelidade, a fala ou o pensamento do deputado Pannunzio. Também não procuramos selecionar matérias “simpáticas” ou afinadas com o seu ponto de vista. Nosso objetivo, na elaboração do clipping, é o de levar até você tudo o que a mídia tem divulgado sobre o deputado, sem a preocupação com o conteúdo ou vieses das matérias.

Muitas das matérias dos jornais do interior e de outros Estados chegam até nós vários dias após a data da sua publicação. Por isso, parte delas pode estar defasada. Como nossa intenção é divulgar toda a cobertura da mídia sobre o deputado, oferecendo um panorama da sua projeção na mídia nacional e regional, adotamos por critério incluir essas matérias no clipping.

www.deputadopannunzio.com.br

CRÉDITO CRITICADO 1

Medida provisória aprovada esta semana na Câmara dos Deputados, concedendo crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a diversos órgãos do governo e estatais, foi duramente criticada pelo deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB), que comandou a votação do seu partido. "É um cheque em branco para o governo gastar a seu bel prazer. O valor é elevadíssimo e vai atender a finalidades eleitoreiras", condenou. O PSDB considerou a MP inconstitucional por não atender aos critérios de urgência e imprevisibilidade de despesas.

CRÉDITO CRITICADO 2

Segundo Pannunzio, o governo utilizou o instrumento de MP para aprovar recursos não acatados anteriormente por projeto de lei. Com o encerramento da sessão legislativa do ano passado, ficaram sem apreciação dezesseis créditos orçamentários, totalizando R\$ 20,7 bilhões destinados a órgãos do Poder Executivo e estatais. "A matéria já esteve na Casa, e como o governo não conseguiu aprová-la, ela volta à Câmara sob a forma de medida provisória", alertou. Para ele, se a proposta já tramitou na forma de projeto de lei, o fator imprevisibilidade deixa de existir. No que se refere à urgência, a única exceção, segundo o parlamentar, recai sobre o Ministério da Integração Nacional. Nesse caso, parte dos recursos atendem a prejuízos à infraestrutura local e danos ao meio ambiente resultantes de inundações e desabamentos.

Líder do governo chama de «desonesto e arrogante» discurso de Serra feito no Sábado

MARIA CLARA CABRAL
da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), classificou o discurso do pré-candidato tucano, José Serra, como "desonesto e arrogante". Durante lançamento de sua pré-candidatura à Presidência, em Brasília, o ex-governador de São Paulo acusou os petistas de tentarem "dividir o Brasil" entre pobres e ricos.

"O ataque [de Serra] ao Lula é de uma desonestidade política sem tamanho, pois o país só se unifica, tanto nacional, quanto internacionalmente. Depois, é de uma arrogância muito grande, um candidato que reuniu em torno de si apenas PPS, PSDB e DEM, falar que é da unidade do Brasil", disse Vaccarezza.

O líder petista também tentou minimizar eventuais impactos negativos com o cancelamento de parte da agenda da pré-candidata Dilma Rousseff no Ceará. Ele admitiu, no entanto, que o fator "Ciro Gomes" pode ter influenciado para as mudanças.

"Acho que temos que trabalhar com o Ciro Gomes com muito cuidado. Não estamos desesperados, por isso é melhor irmos devagar. Não precisamos ter pressa, principalmente quando se trata de um partido que tem uma história com o PT, que é o PSB".

Ainda de acordo com Vaccarezza, uma candidatura nunca reuniu tantas forças políticas como a da ex-ministra.

Do outro lado, o deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) disse que quando fala em unidade, Serra não se refere aos "partidos políticos políticos para ter tempo de TV, mas sim em uma unidade nacional". "Não estamos falando dos trabalhadores, pobres, para colocá-los contra os ricos. Essa é uma prova que o governo continua raciocinando de forma maniqueísta", disse o tucano.

Os inimigos da ficha limpa

Antonio Carlos Pannunzio

Frustrou-se, semana passada, na Câmara dos Deputados, o anseio da maioria dos brasileiros que deseja a imediata votação e aplicação do projeto da ficha limpa. Os artífices dessa afronta aos anseios da população foram os parlamentares da base governista, principalmente do PT e do PMDB que, para isso, usaram de todas as manobras regimentais de parlamentares possíveis e imagináveis.

O projeto da ficha limpa nasceu da crescente indignação popular contra os políticos desonestos. Foi subscrito por 1,6 milhão de eleitores, em diferentes estados, e tem o apoio de todos que, em nossa Pátria, desejam excluir da vida pública indivíduos a quem falta um mínimo de probidade para, nela, atuarem com dignidade.

Com aquele projeto, os brasileiros deixaram claro que não aceitam mais que a política brasileira seja contaminada por indivíduos que, no exercício de cargos eletivos, saqueiam os cofres públicos, acumulam vantagens ilícitas e praticam até crimes comuns. Depois, utilizam o mandato como instrumento para não prestar contas à Justiça.

Na tramitação do projeto da ficha limpa pela Câmara, a ele foram incorporadas várias outras medidas higienizadoras da política brasileira, cuja votação tem sido adiada, graças a manobras regimentais. Transformado em lei, com sua redação atual, ele dará origem a um choque de moralidade de amplas proporções, alterando profundamente, para melhor, os padrões políticos e administrativos vigentes no Brasil.

Quando tudo estava pronto para ser votado, parlamentares do PT e do PMDB e de alguns outros partidos da base governista entraram em cena. Com mil alegações de duvidoso fundamento jurídico, impediram que o projeto fosse levado a plenário e submetido à votação, da qual tudo indicava que sairia vitorioso, face ao forte clamor da sociedade para que seja transformado em lei.

Fizeram mais os governistas. Determinaram seu retorno à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde ele já havia sido analisado e aprovado na sua admissibilidade Constitucional. Para tanto, alegaram que a CCJ não teria examinado e deliberado sobre todas as emendas que a matéria recebeu.

Por trás dessa máscara de respeito às formalidades jurídicas, o que pretendem, na verdade, é travar o seu andamento naquela comissão e impedir que chegue a plenário a tempo de ser votado e aplicado na eleição deste ano.

Os defensores da moralização da política brasileira, no entanto, não se deixarão intimidar pelos estertores da corrupção. Sabem que têm a seu lado a maioria dos cidadãos, enojada com os abusos cometidos contra os interesses do povo por aqueles que deveriam defendê-los. Por isso, ainda há fortes motivos para manter a esperança de que o projeto da ficha limpa se torne lei a tempo de reger a eleição de 2010 e todas as que, daqui para frente, sejam realizadas em nosso País.

Antonio Carlos Pannunzio é deputado federal, membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vice-líder de bancada, foi presidente do diretório estadual do PSDB em São Paulo.

Ipem-SP realiza primeira reunião gerencial em Sorocaba

São Paulo, 15/04/10

Superintendente apresenta novidades da reunião

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem-SP) realizou nesta quinta-feira, 15 de abril, o primeiro dia da reunião gerencial que congrega diretores das 17 regionais do Ipem-SP no Estado, para fazer a análise crítica dos resultados obtidos pelo Ipem no mês passado e programação das atividades previstas para

maio. O encontro, que é feito mensalmente na Capital, ocorreu pela primeira vez na cidade de Sorocaba, a pedido do superintendente do instituto, Fabiano Marques de Paula, que pretende levar a iniciativa para todas as regionais do interior.

Na abertura do evento, Fabiano Marques de Paula, superintendente do instituto, comentou a necessidade da realização das reuniões gerenciais ocorrerem nos municípios do interior paulista onde estão localizadas as regionais do Ipem-SP, além da Capital. Este é o quarto encontro do ano e o segundo no interior (o anterior foi em São Carlos).

O superintendente mencionou a importância estratégica da região de Sorocaba, devido ao nível de desenvolvimento econômico local. O Ipem-SP, que possui uma regional na cidade, planeja a transferência da unidade para a área do futuro Parque Tecnológico, empreendimento da prefeitura, em parceria com o governo estadual, onde está prevista a instalação de empresas tecnológicas e centro de pesquisas.

Na reunião foi apresentado pelo especialista em metrologia e Qualidade, Silvio Gomes, da Diretoria de Metrologia Legal e Fiscalização (DMLF), um painel sobre um grave problema que a fiscalização do Ipem-SP visa inibir: a fraude em bombas de combustíveis. O fato é conhecido do Ipem, a existência de mecanismos colocados de Fraude em bombas medidoras foi tema da reunião

formar irregular nas bombas, causando prejuízos ao consumidor que acaba pagando mais do que deveria na hora de abastecer. Silvio Gomes informou quais são as principais irregularidades e exibiu detalhes das fraudes para que os diretores das regionais possam transmitir o conhecimento sobre o tema aos agentes fiscais.

Esteve presente à reunião, João Leandro da Costa Filho, chefe do escritório do deputado federal Antonio Carlos Pannunzio, que parabenizou a equipe pelo trabalho em defesa do consumidor.

A reunião gerencial continua nesta sexta-feira, 16 de abril, no hotel Shelton Inn em Sorocaba das 8h30 às 17h, Av. Afonso Vergueiro, 1850, Vila. Casanova. Na pauta a apresentação dos gestores da Diretoria Administrativa, Centro de Recursos Humanos, Centro de Gerenciamento da Qualidade, Ouvidoria, Diretoria de Contabilidade e Finanças, Diretoria de Metrologia e Qualidade e Procuradoria Jurídica e **palestra do deputado federal Antonio Carlos Pannunzio.**

A Delegacia de Ação Regional do Ipem-SP em Sorocaba presta serviços de verificação inicial de instrumentos de medição (quando são fabricados), a periódica (anual), além da eventual fiscalização de balanças, incluindo a de restaurantes, feira-livre, rododiferroviária, bombas de combustível, máquinas de café, medidor de GNV, metro comercial, medidor de pressão arterial, medidor de velocidade fixo e portátil e taxímetro.

Os serviços atendem 50 municípios: Alambari; Alumínio; Angatuba; Apiaí; Araçariguama; Araçoiaba da Serra; Barra do Chapéu; Boituva; Bom Sucesso de Itararé; Buri; Campina do Monte Alegre; Capão Bonito; Capela do Alto; Cerquillo; Cesário Lange; Guapiara; Guare; Ibiúna; Iperó; Iporanga; Itaberá; Itaoca; Itapetininga; Itapeva; Itapirapuã Paulista; Itararé; Itu; Jumiirim; Laranjal Paulista; Mairinque; Piedade; Nova Campina; Pilar do Sul; Porto Feliz; Quadra; Ribeira; Ribeirão Branco; Ribeirão Grande; Riversul; Salto; Salto de Pirapora; São Miguel Arcanjo; São Roque; Sarapuí; Sorocaba; Tapiraí; Taquarivaí; Tatuí; Tietê e Votrantim.

Acompanhe o Ipem-SP no blog Almanaque do Ipem nas redes sociais:
Twitter, Flickr, Facebook e Orkut